OS PARQUES INFANTIS DA CIDADE DE SÃO PAULO (1935-1938): ANÁLISE DO MODELO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO [1]

Sandra Aparecida Bassetto VIEIRA[2]

RESUMO

Visando a contribuir para a reflexão sobre a trajetória da educação infantil no Brasil, neste artigo analisa-se especialmente a organização do modelo didádico-pedagógico dos Parques Infantis da cidade de São Paulo, os quais constituíram uma experiência inovadora e consistente no campo da educação infantil. Destinados, inicialmente, às crianças com idade de três a seis anos, oriundas das famílias operárias paulistanas carentes de assistência, os Parques Infantis tinham três finalidades: assistir, educar e recrear, com o objetivo de desenvolver física, intelectual e socialmente as crianças. Os Parques Infantis de São Paulo localizavam-se em bairros populares e eram mantidos pela administração municipal com verba do Departamento de Cultura. O intelectual modernista Mário de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura entre 1935-1938 e empreendeu um conjunto de realizações educacionais e culturais significativas, que resultaram numa experiência pioneira e original no campo da educação paulistana. A pesquisa concluída na área de História da Educação desenvolveu-se mediante recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes primárias assim como estudo da bibliografia especializada sobre o tema e está vinculada ao Projeto Integrado de Pesquisa: *Cultura Escolar Urbana: São Paulo: 1840-1940. Repertório de Fontes documentais* (apoio CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Monarcha e disponível na Internet <www.educacaobrasileira.pro.br>.

Palavras-chave: Parques infantis; educação infantil; história da educação.

No Brasil, os primeiros Parques Infantis foram criados na cidade de São Paulo, durante o transcorrer da década de 1930. Segundo Fonseca (1985, p.136), para melhor compreensão do processo de criação dos Parques Infantis paulistanos é preciso situar, ainda que genericamente, o contexto histórico da época. A Era Vargas (1930-1945) foi um período de transformações políticas, sociais, culturais e de profundas reformas na esfera educacional em nosso país. Nesse mesmo período intensificaram-se os conflitos e as

[1] Trabalho de Iniciação Científica – Bolsa PIBIC, desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Monarcha e apresentado na VI Jornada de Iniciação Científica do Campus de Marília (13 a 14-09-1999), no XI Congresso de Iniciação Científica da UNESP (10 a 12-11-1999) e como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia.

[2] Aluna do curso de Pedagogia, concluído em 1999, na Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP-Marília, CEP 17525-900, Marília-São Paulo, Brasil.

tensões sociais resultando no golpe deflagrado por Getúlio, que implantou o denominado "Estado Novo" (1937-1945).

No período que antecedeu a Revolução de 1930, alguns estados desenvolveram-se em decorrência da acumulação do capital, da ampliação do mercado interno, da imigração e da adoção do trabalho feminino e infantil assalariados. Esse contexto crescente de urbanização e industrialização agravou as condições de vida e trabalho da classe operária em São Paulo. Conforme Decca (1987, p.16), os trabalhadores urbanos tinham baixos salários e pequeno poder de compra com jornadas diárias de oito horas para adultos e crianças, por vezes menores de 12 anos. Esses trabalhadores moravam mal, alimentavam-se deficientemente e vestiam-se precariamente. Ainda segundo Decca, poucas famílias operárias tinham casas próprias; a maioria vivia em casas de aluguel de três a quatro cômodos e em habitações coletivas: vilas, cortiços e porões. Com os salários baixos e sem possibilidades de moradias saudáveis e boa alimentação, o operariado estava entregues à própria sorte.

A defesa do trabalho de crianças menores de idade nas fábricas estava fundamentado num argumento pretensamente moral e social, visando a retirar os menores dos "meios malsãos" e "viciados". Para Faria (1993, p. 60), durante o transcorrer dos anos de 1920 e 1930, os vários segmentos da classe operária oscilavam entre a reivindicação de condições especificas para o trabalho das crianças e a sua completa proibição, exigindo as instituições de educação.

O Departamento de Cultura e de Recreação e a criação dos Parques Infantis

Embora já existissem iniciativas de atividades culturais no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo, foi durante a gestão do Prefeito Fábio Prado – ocorrida de setembro de 1934 a abril de 1938; nomeado pelo então interventor federal no Estado, Armando de Salles Oliveira – que se deu a criação do Departamento de Cultura e de Recreação, legalmente organizado pelo Ato n. 861, de 30 de maio de 1935.

O Departamento de Cultura e de Recreação contava com uma Seção de Parques Infantis, que tinha como objetivo estimular e desenvolver as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural da cidade de São Paulo. Para tanto, contava com a verba de 10% dos impostos destinados ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas educativos (FARIA, 1993, p. 67-68).

A criação do Departamento de Cultura e de Recreação resultou de uma aliança, promovida por Paulo Duarte, entre os chamados "intelectuais modernistas" e a "burguesia ilustrada" paulista. A criação desse órgão representou uma experiência inovadora na área cultural, adequando-se aos objetivos tanto dos intelectuais modernistas, que almejavam o desenvolvimento de uma cultura nacional, quanto da burguesia ilustrada, que buscava recuperar sua liderança política e projetar-se no âmbito nacional (FARIA, 1993, p.75). Particularmente os denominados "ilustrados" pretendiam fazer de São Paulo o centro irradiador de uma nova unidade nacional, através da conquista de uma hegemonia político-cultural. (ABDANUR apud FARIA, 1993, p. 71-72).

O Parque Infantis da cidade de São Paulo foram criados também durante a administração do prefeito Fábio Prado, que organizou, em 9 de janeiro de 1935, o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, posteriormente Seção de Parques Infantis do Departamento de Cultura e de Recreação. O Ato 861, capítulo I, art. 41, estabeleceu que:

> A seção dos parques infantis [...] tem por fim localizar, organizar e instalar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos à construção, ao aparelhamento de parques desse gênero, ao desenvolvimento e à pratica de brinquedos e diversões.
> Parágrafo único - O serviço de Parques Infantis estudará e organizará um plano de conjunto, de construção de parques infantis e localização de zonas destinadas exclusivamente a este fim, no parques e praças publicas, aproveitando os trabalhos já existentes.

A criação dos Parques Infantis foi a primeira experiência colocada em prática pelo Departamento de Cultura (FARIA, 1993, p. 80). O projeto do Departamento, incluindo o projeto dos Parques Infantis, foi preparado por Paulo Duarte que, antes de apresentá-lo para aprovação do prefeito e do governador, submeteu-o à apreciação de vários intelectuais, obtendo novas sugestões e o apoio de Fernando de Azevedo, um dos expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil.

Experiência pioneira na organização da educação infantil pública, os Parques Infantis foram instalados nos bairros operários e industriais da cidade de São Paulo, visando ao atendimento dos filhos das famílias operárias paulistanas. Cabia à parte técnica da Seção de Parques Infantis realizar recenseamentos demográficos urbanos, apontar os locais mais indicados para a construção dos Parques Infantis e organizar as instalações e serviços internos considerados adequados à população.

Os prédios consistiam em pequenas edificações localizadas em grandes espaços abertos e possuíam as seguintes instalações: campo gramado, aparelhos para ginástica, piscina, tanque de areia, pátio fechado para as refeições e uma ou duas salas de atividades didáticas.

> Cada parque possui, no mínimo, um campo gramado, um abrigo-mor, com salas de instrutores, sala de médico, chuveiros, instalações sanitárias, além de dois galpões laterais ao abrigo. Várias espécies de aparelhos tais como balanços, gangorras, passos gigantes, carrocéis, deslizadores, toros de equilíbrio e outros estão distribuídos pelo campo, além de um tanque de vadiar e taboleiros de areia. (ABDANUR, 1994, p.268).

Nas palavras de Nicanor Miranda — um dos idealizadores e administradores dessa iniciativa — o Parque Infantil era um educandário ao ar livre, cuja finalidade era trazer ao conhecimento da criança os elementos da vida física, moral e intelectual, sob forma exclusivamente recreativa (MIRANDA, 1936, p. 95). Segundo Decca (1987, p.95), a criação dos Parques Infantis paulistanos foi um desdobramento, nos anos 30, do Parque Infantil D. Pedro II – posteriormente oficializado pela Prefeitura Municipal e incorporado à recém-criada rede de Parques –, localizado no centro da cidade de São Paulo. Segundo a autora, consistia em uma idéia de lazer dirigido e de caráter disciplinador, tornada possível graças à reorganização e ampliação do aparato administrativo municipal.

Definidos pelo poder público como logradouros públicos e serviços custeados pela Prefeitura Municipal, pela verba do seu Departamento de Cultura, os primeiros Parques Infantis foram instalados nos bairros operários e industriais da Lapa e Ipiranga – além da oficialização do Parque D. Pedro II, no centro. Tinham por objetivo a educação das crianças através da recreação organizada, dando-lhe toda a assistência necessária (DECCA, 1987, p. 92-93).

Pode-se afirmar que os Parques Infantis foram criados para resolver os problemas dos filhos de operários, que deixavam as suas crianças sob os cuidados de pessoas sem preparação suficiente. Na visão dos idealizadores dos Parques, a vivência de rua criava costumes anti-sociais, aumentava os acidentes, podendo dar lugar ao aparecimento dos marginais infantis. Para Miranda, por exemplo, a melhor solução seria a freqüência aos Parques Infantis, pois as escolas existentes eram individualistas e dotadas de um sistema arbitrário de cultura, nas quais as crianças passavam longo tempo sentadas sem "práticas da experimentação".

A atuação de Mário de Andrade e os Parques Infantis

No ano de 1935, o intelectual modernista, Mário de Andrade, foi convidado pelo então prefeito Fábio Prado para dirigir o Departamento de Cultura e de Recreação, o qual contava com uma Divisão de Expansão Cultural, que tinha por finalidade promover e estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e contribuíssem para a elevação do nível educacional da população paulistana, procurando: incentivar o cinema popular educativo, pedagógico ou escolar; colocar ao alcance do público, através de uma estação de radiodifusão, palestras e cursos; organizar exibições pedagógicas nos Parques Infantis e estabelecimentos de ensino; oferecer manutenção de um serviço de obras de arte erudita e outro de arte popular de natureza folclórica (DUARTE apud FARIA, 1993, p.68-69).

Preocupado em definir a participação do intelectual na sociedade, Mário de Andrade aceitou o desafio de dirigir o Departamento de Cultura e amadureceu suas idéias sobre o nacionalismo e a defesa da cultura nacional, aprofundando sua consciência social e simultaneamente sobre a criança brasileira. Segundo Soffiati (apud FARIA, 1993, p.24), Mário de Andrade demonstrou preocupação especial com a *criança-cidadã* e não reduziu essa preocupação às dimensões do patriotismo ou ao enquadramento da criança na realidade industrial, pois acreditava que a criança, além de aprender e consumir cultura, também produz cultura.

> Acreditava que todo ser humano produz cultura, faz história. Portanto, o povo e a elite, as crianças e os adultos, os negros, os índios e os portugueses, italianos, etc., produzem e consomem cultura, influenciando-se e construindo, na diversidade, a identidade nacional. (FARIA, 1993, p. 21)

Ainda segundo Soffiati, Mário de Andrade não compartilhava de um ponto de vista *patriota* ou *nacionalista*, sendo melhor considerá-lo "brasileiro", mais exatamente um cidadão do mundo que vivia no Brasil e que procurava descobrir a sua alma cultural, como faria se vivesse em outro país. Era assim que ele se sentia útil para a humanidade. Para Faria (1993, p. 43), Mário de Andrade pode ser considerado também um pioneiro entre os educadores que viram a criança como o *Outro* completo e dotado de identidade própria.

Na sua percepção, a criança é "um ser sensível à procura de expressões." (ANDRADE apud FARIA, 1993, p. 23).

Na direção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, Mário de Andrade empreendeu um conjunto de realizações educacionais e culturais significativas, preocupando-se em levar cultura a atores excluídos: as crianças e a classe operária. Segundo Faria (1993, p. 6), Mário de Andrade não foi um antecipador de demandas; ele preocupava-se com a educação dos filhos das famílias operárias e com a elevação da sua cultura, resgatando a produção cultural dos setores populares e, assim, contribuindo para retirar o Brasil do "atraso" e construir a identidade nacional brasileira.

Todavia, logo no início de seus trabalhos no Departamento de Cultura, em carta a Nicanor Miranda, Mário de Andrade relatava os impasses surgidos com o novo posto.

> Não faço projetos, deixei o que tinha comigo par mais tarde (ou quem sabe nunca?[...], estou cheio, trabalhando com paixão, com violenta paixão, nesta vida minha em que tomo contato burocrático com o povo e com a vida. Não recuso que a burocracia e este contato novo são horríveis, e experiências ferozes pra mim, mas é a vida! [...] Positivamente não estou alegre, e é certo que ainda não achei a minha felicidade perdida neste posto novo. Se não conseguir reencontrá-la no cargo, deixo o cargo. (ANDRADE apud ABDANUR, 1994).

Mário de Andrade reafirmava, entretanto, a necessidade de apropriação da cultura por parte da população.

> Há que forçar um maior entendimento mútuo, um nivelamento geral da cultura que sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em conseqüência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividades o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condições mais luz. Tarefa que compete aos governos. (ANDRADE apud DUARTE, 1971, p. 150-151).

Conforme as recomendações oficiais, a Seção de Parques Infantis não deveria restringir-se à dependência da burocracia administrativa, e sim ampliar-se, não somente pelas idéias, mas também pela publicidade e por sua intensa vida externa, incentivando a difusão desse sistema educativo em outras regiões do estado de São Paulo.

Assim, durante a gestão de Mário de Andrade, de 1935 a 1938, foram criados/oficializados os três Parques Infantis anteriormente citados[3], além de mais um na Sub-Prefeitura de Santo Amaro, organizado segundo os critérios então vigentes, o que pode ser constatado através da análise de sua planta arquitetônica e fotos das instalações. Posteriormente, outros Parques Infantis foram projetados e instalados em bairros operários e industriais da capital, marcados pela pobreza, próximos a escolas públicas ou às fábricas, enfim, em locais nos quais pudessem ser socialmente úteis.

O modelo didático-pedagógico dos Parques Infantis

A dinâmica dos Parques Infantis evidenciava um grande interesse em relação à educação extra-escolar: não eram escola nem pré-escola, como aquelas já existentes; tratava-se de um projeto pedagógico destinado às crianças em idade pré-escolar e, posteriormente, a adolescentes entre 12 a 15 anos (FARIA, 1993, p. 81).

Os idealizadores atribuíram aos Parques Infantis tríplice finalidade: assistir, educar e recrear, mediante organização própria e em acordo com as necessidades imediatas dos seus freqüentadores.

A educação física era controlada por médicos, procurando desenvolver atividades adequadas às crianças, consistindo na organização de pequenos torneios para estimular a afeição ao grupo social e incentivar a solidariedade humana; os jogos infantis serviam, ao mesmo tempo, para recrear e despertar um sentimento de luta e para solidificar o companheirismo fraternal.

A educação moral deveria incutir nas criança o conceito de comportamento social, o sentido de justiça e de lealdade, a noção do dever no parque, na escola, no lar e na sociedade, "procurando criar no 'pré-puber', a tendência para a verdadeira noção do seu lugar na sociedade e na vida" (MIRANDA, 1936, p. 97).

A educação intelectual deveria desenvolver o raciocínio, estimular a imaginação e o espírito de observação próprios da idade.

[3] Dentre os vários estudos pioneiros sobre os Parques Infantis, vale a pena destacar a pesquisa realizada por Lowrie (1937), que detalhou a composição dos três primeiros Parques Infantis – D. Pedro, Lapa e Ipiranga – abordando aspectos como: composição social do bairro, números de filhos por família, renda do pai e mãe, idade e sexo das crianças, nacionalidade dos pais e avós.

Desde o início do funcionamentos dos Parques Infantis, percebeu-se que uma das necessidades mais imediata da criança era "ser assistida". Em decorrência, a assistência foi organizada em três seções: médica, dentária e alimentar. Tais seções tinham as seguintes incumbências:

— assistência médica: verificar o meio em que vivia a criança, informar aos pais sobre o estado de saúde de seus filhos e encaminhá-los a clínicas especializadas, distribuir medicamentos aos que não podiam adquiri-los;

— assistência dentária: encaminhar para os hospitais municipais as crianças necessitadas de tratamento dentário; e

— assistência alimentar: cuidar da nutrição das crianças para que pudessem praticar as atividades físicas e os jogos, principal atividade dos Parques Infantis; para isso, foi instituída a merenda diária composta de frutas, doces, pão, queijo e leite.

A dinâmica dos Parques Infantis incluía, também, outros aspectos considerados importantes na preparação das crianças: a parte social que deveria preparar os hábitos de vida coletiva, convívio social, solidariedade, colaboração e bem-estar da comunidade; e a educação higiênica que deveria expor os princípios elementares de higiene e saúde. Para Miranda (1938, p. 21),

> Educação física, jogos, torneios, bibliotecas, jornais e clubes resumem os processos utilizados para integrar a criança de hoje na comunidade de amanhã ... [assim como] a recreação com o seu programa de música, teatro, coral, desenho, carpintaria, marcenaria, modelagem, bordado, tricô, costuras, festivais e excursão educativas.

Ainda segundo Miranda (1936, p. 97), para a realização de uma parte dos objetivos, foram organizadas bibliotecas infantis nos Parques, com finalidade de propiciar espontaneamente às crianças o incentivo ao hábito de leitura. As outras leituras deveriam ficar sob a responsabilidade das instrutoras, que deveriam incentivar a leitura oral de contos, apólogos, fábulas e textos de fundo moral com a necessária interpretação, procurando despertar na criança o gosto pela atividade de espírito. Organizaram-se, também, pequenas discotecas para cultivar o comportamento musical e despertar as vocações "intuitivas e congênitas, ensinando-se as noções primárias da música e do canto coral, audição de discos e rádio, promovendo festas nacionais e de celebração universal, tais como: "Dia do Trabalho" e "Dia do Natal"."

A dinâmica dos Parques Infantis não excluía a participação das famílias ou das mães. Segundo Kishimoto (1988), o olhar era voltado predominantemente para a criança, embora tanto as mães quanto as famílias fizessem parte do programa, contribuindo para a construção de um projeto cultural-educativo que articulava assistência e educação.

Apesar das aparentes características assistencialistas e possível caráter disciplinador, os Parques Infantis podem ser interpretados como um projeto educacional alternativo, que pretendia garantir o "direito à infância" e o "direito de brincar" para as crianças filhas de famílias operárias. Tal projeto fundamentava-se numa nova pedagogia tributária das pesquisas centradas na criança e realizadas pelo Departamento de Cultura e pelo próprio Mário de Andrade (FARIA, 1993, p. 61).

> Os grotões transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos; não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os Parques Infantis, onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social. (ANDRADE apud DECCA, 1987, p.94).

Concretizou-se, assim, um projeto educativo e cultural de natureza não-escolar, baseada em atividades lúdicas, jogos e brincadeiras e no folclore brasileiro as quais constituíram-se nas principais atividades diárias articuladamente às práticas higiênicas e físicas.

Inicialmente, a proposta dos Parques Infantis era relativamente simples, consistindo na organização de um espaço onde as crianças pudessem brincar tranqüilas; logo percebeu-se a necessidade de maior vigilância, para prevenir acidentes, e de complementação alimentar. Organizaram-se, então, iniciativas voltadas para observação da saúde da criança, investigando-se as condições higiênicas do seu meio, encaminhando-a para clínicas especializadas, convidando os pais para informar sobre o regime de vida dos filhos e seu estado de saúde e distribuindo medicamentos gratuitos àqueles que não podiam adquiri-los.

A ênfase dos Parques Infantis estava no aspecto lúdico, nas brincadeiras, nos jogos tradicionais, e os objetivos oficiais dessas "escolas populares de saúde e alegria" visavam a uma educação moral, higiênica e estética, tal como previstos no art. 5º, do Ato 767. A preocupação com os jogos brasileiros e universais fazia parte do próprio Ato de criação dos Parques Infantis:

> e) Propagar a prática de brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem, dia-a-dia a perder:
> f) Promover prática de todos os jogos que, pela experiência universal, forem dignos de serem incorporados ao patrimônio dos inspirados nas tradições locais e nacionais. (Ato 861, art. 490)

O Ato 767 valorizava a cultura infantil e a cultura popular nos artigos referentes à Biblioteca. E especificamente o art. 58, do Capítulo III (Dos Divertimento Públicos) do mesmo Título IV (Da Divisão de Educação e Recreio) do Ato 861, estipulava:

> g) organizar e estimular todos os divertimento públicos, inspirados na tradição do país, e qualquer outros que possam interessar à população;
> h) estudar e estabelecer planos de propaganda e de execução que tenham por fim vulgarizar e tornar mais acessíveis e atraentes os festejos carnavalescos, as festas de São João e outras de interesse etnológico, 'folk-lorico', ou popular.

O Dr. Waldemar de Oliveira, ex-chefe da Higiene Escolar de Recife/PE, escritor e jornalista do *Jornal do Commercio* daquela cidade, descreveu os Parques Infantis da cidade de São Paulo da seguinte maneira:

> Não são os parques de ginástica de Buenos Aires, muito menos os 'rincones' de Montevidéu. [...] Entre esse serviço e o escolar, nenhum traço de conexão. São duas coisas inteiramente independentes. O parque está, assim, aberto para qualquer criança que lhe queira transpor as portas acolhedoras. ... num amplo salão, realizam-se de vez em quando, ligeiras sessões artísticas em que se toca, se dança, se representa... A um canto, vejo uma nau Catarineta em miniatura; já serviu a um bailado infantil... Perto, um sapateador expõe a dois ou três guris os segredos de sua arte... Há guris de 4 anos, meninos de oito anos, meninas de dez anos, com "maillots" próprios da idade... Uma algazarra infernal. (OLIVEIRA apud FARIA, 1993, p. 83) .

Tratava-se, portanto, de um projeto educacional voltado tanto para crianças em idade pré-escolar quanto para alunos regularmente matriculados em escolas, que podiam freqüentar os Parques Infantis em período contrário ao de suas aulas; e ainda para adolescentes de 12 a 15 anos não matriculados em escolas e egressos do curso primário que não puderam "tomar rumo" por idade insuficiente.

Pode-se afirmar que os Parques Infantis constituíram um espaço pioneiro de educação pública. Destinados às crianças de 3 a 7 anos de idade, posteriormente passou a ser utilizados por crianças maiores e, após 1937, as instalações dos Parques passaram ser

ocupadas no período noturno pelo Clube de Menores Operários, constituído por adolescentes, jovens e adultos trabalhadores, com idade entre 12 e 21 anos (FARIA, 1993, p. 83). Para menores e maiores havia recreação orientada por educadores, assistência médica e dentária, educação sanitária e higiênica, davam-se roupas e alimentação e para auxiliar nos estudos dos alunos mais velhos matriculados nas escolas estaduais, foi organizado um programa de *educação correlata*.

À época de sua criação, os Parque Infantis foram alvos de vários debates, sendo especialmente criticados por retirarem as crianças das ruas e vizinhança, onde, segundo se dizia, "brincavam com liberdade", ou, ainda, por se gastar dinheiro para as crianças brincarem. Ainda não se percebia claramente o alcance dessa iniciativa, em uma cidade que dentro de pouco tempo teria suas ruas impraticáveis para crianças e pedestres (MARANHÃO apud FARIA, 1993, p. 85)

No entanto, alguns depoimentos publicados na *Revista do Arquivo Municipal*, permitem entrever a boa receptividade que os Parques Infantis tiveram por ocasião de sua implantação.

> São filhos de operários - sim, para eles são feitos os parques - que, tendo freqüentado a escola pela manhã, vêm à tarde ao parque e já não querem outra vida, se não esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de educação social. Entre esse serviço e o escolar, nenhum traço de conexão. São duas coisas inteiramente independentes... (apud FONSECA, 1985, p. 142-143).

Os Parques Infantis funcionavam da 7h:30 às 18 horas, de segunda-feira a sábado, com duas turmas de educadores; e os responsáveis pelo atendimento às crianças eram denominados instrutores e professores de educação física. Aos domingos, em um determinado Parque, realizavam-se festas com participação das famílias operárias. Criava-se, assim, uma alternativa às pré-escolas e aos espaços filantrópicos existentes para o atendimento das crianças pobres.

Os primeiros instrutores dos Parques Infantis foram nomeadas pelo prefeito Fábio Prado. Conforme o parágrafo 1º, do artigo 47, do Ato 861, as exigências para ocupar o cargo de instrutor eram as seguintes: ser professor diplomado por Escola Normal do Estado, ter feito o curso de educadores sanitários no Instituto de Higiene de São Paulo, ou ter feito o curso de educação física infantil no Departamento de Educação Física do

Estado, ou, ainda, ter feito o curso de especialização pré-primária no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. O parágrafo 3º, do artigo 47, do Ato 861, estipulava:

> Os instrutores-titulares nomeados exercerão, em comissão, as suas funções pelo prazo de um ano, findo o qual serão efetivadas aqueles que, tendo se submetido a concurso de provas e títulos, derem melhores atestados de sua capacidade, devotamento e assiduidade nos trabalho.

O parágrafo 2º, do artigo 47, do Ato 861, por sua vez, estipulava que, para a nomeação de instrutor-substituto, em comissão, seria exigida apenas a apresentação do diploma de professor por Escola Normal do Estado.

Em diferentes artigos do Ato 861, de 1935, estipulava-se que a função de Instrutor consistia em: zelar pela saúde da criança, investigar as condições higiênicas do meio social de que provinham, encaminhar as crianças suspeitas de moléstia ou necessidade de tratamento aos postos de saúde ou instituições de assistência. Quanto à função de Administrador, estipulava-se que esta consistia em: zelar pela conservação dos parques, providenciar o reparo dos aparelhos, colaborar com o chefe do serviço na execução de tudo que se referisse aos fins sociais, estudar a localização dos parques a serem instalados, substituir o chefe da seção nos seus impedimentos, dar instruções e fiscalizar o trabalho dos instrutores.

Após um ano e meio de trabalho, o quadro de funcionários dos Parques Infantis passou por alterações, mantendo-se o mesmo espírito educacional e de conhecimento da criança. Cria-se, nesse momento, a função de educadora sanitária, conforme artigo 206, do Ato 1146. A esse novo profissional competia, entre outras, auxiliar o médico e o dentista, estudar as crianças sob o ponto de vista biológico, psíquico e social, formar a consciência sanitária das crianças etc., reforçando-se a integração dos diferentes órgãos municipais na concretização do tríplice objetivo dos Parques Infantis: assistir, educar e recrear.

Sugeridas pela Divisão de Educação e Recreio da Prefeitura Municipal, foram realizadas pesquisas pela Divisão de Documentação Social; os serviços clínicos dos Parques Infantis passaram a ser feitos por médicos do Departamento de Higiene (artigo 208, do Ato 1146); e a assistência dentária, pelo serviço odontológico da Divisão de Saúde (artigo 257, do Ato 1146).

Essa integração pode ser observada também na composição do Conselho Consultivo — primeiramente denominado Comissão Municipal de Parques Infantis —, que

auxiliava, por meio de críticas e sugestões, a direção da Seção de Parques Infantis, a qual procurava ultrapassar as instâncias municipais e reunir as instâncias estaduais e a Universidade de São Paulo. Esse Conselho era integrado por um representante dos seguintes órgãos: Serviço Sanitário, Diretoria do Ensino, Departamento de Educação Física do Estado, Instituto de Higiene da USP, Instituto de Educação da USP e um representante de instituições particulares de assistência e proteção à infância (art. 204, parágrafo 3º, Ato 1146)

Os concursos para instrutores e educadoras sanitárias foram realizados no ano de 1937. As exigências para o preenchimento dos cargos constam nos programas dos concursos, podendo-se constatar uma grande diferença entre os conteúdos dos programas para cada um dos dois concursos Poderiam participar dos concursos tanto instrutores titulares, quanto instrutores-substitutos, desde que atendessem às exigências dos editais (parágrafo 4º, do artigo 47, do Ato 861).

No início do funcionamento dos Parques Infantis, mediante pesquisas realizadas, constataram-se as precárias condições de saúde das crianças das famílias operárias, forçando a mudança dos objetivos centrados apenas no zelar, investigar e encaminhar e dando origem a ações específicas no campo da higiene e saúde, desenvolvidas por profissionais. Dessa maneira, no Ato 1146, de 4 de julho de 1936, a função de instrutor ficou delimitada às atividades relacionadas ao folclore, jogos e brincadeiras, delegando-se as atribuições ligadas à saúde para a educadora sanitária, função inexistente no Ato de criação dos Parques Infantis, em 1935.

As atividades dos Parques Infantis não seguiam uma rotina diária, uma vez que não constava dos objetivos dos Parques Infantis funcionar como uma escola com tarefas diárias obrigatórias. As crianças ficavam à vontade e havia um controle de presença apenas para se saber quantas crianças eram freqüentes. Segundo Miranda (1936, p. 96), as atividades estavam integradas naquilo que se denominou de "programação elástica", isto é, programação flexível e facilmente modificada, para que outras atividades pudessem ser acrescentadas ao plano preliminar.

As instrutoras chegavam a cuidar de aproximadamente 400 crianças, e as atividades diárias envolviam saúde e higiene, educação física e jogos, atividades culturais e atividades manuais.

As atividades de saúde e higiene possibilitavam, dentre outros, assistência médica, e, no caso de atendimento especializado, encaminhamentos às clínicas,

notificando-se os pais sobre o estado de saúde e doando-se os medicamentos na impossibilidade da compra por parte das famílias. Tais atividades possibilitavam, também, atendimento dentário e palestras sobre noções de higiene. As crianças tomavam banho, tinham as unhas cortadas, limpeza das mãos e cabeça, recebiam vacina anti-variólica, e as atividades de medicina curativa e preventiva estavam integradas à rotina dos parques.

As crianças recebiam diariamente um copo de leite e duas vezes por dia merenda composta por: pão, leite, manteiga, bananada, goiabada, pessegada, queijo, banana e mel, a fim de suprir as necessidades apontadas nas pesquisas (FARIA, 1993), repousando em seguida ao ar livre, nos gramados expostas ao sol, ou à sombra.

As atividades de saúde e higiene foram impulsionadas de forma significativa, por ocasião da instituição do Serviço de Educadoras Sanitárias. Até meados do ano de 1937, segundo Miranda (1938, p.20), as educadoras sanitárias haviam feito inúmeros atendimentos às crianças dos Parques Infantis: 3000 curativos, 2700 injeções, 61 tratamentos especializados, centenas de vacinações, além da distribuição gratuita de 2500 medicamentos.

As atividades de educação física – ginástica, jogos – podem ser avaliadas através da observação das 288 fotos legendadas dos Parques Infantis, feitas por Benedito Junqueira Duarte, entre os anos de 1935 e 1938. Esse material iconográfico mostra os momentos nos quais as crianças praticavam exercícios físicos, tais como: fila indiana, preparativos para a ginástica, ginásticas com bastão, corrida, ginástica em roda, rumo ao sol e banho de sol (ABDANUR, 1994, p.269).

Essas atividades físicas consistiam em jogos e brincadeiras dos tipos: aparelhos, carrossel, joguinho - apanhar o lenço, joguinho - corrida com batatas, joguinho - o pulo do canguru, *voley-ball*, balanço, passo de gigante, escorregadouro, jogo de construção, gangorra, pingue-pongue, tanque de areia, jogos tranqüilos, jogo de damas, jogo de dominós, salto em altura e piscina.

A cantiga de roda era considerada a brincadeira mais completa sob o ponto de vista pedagógico, pois, brincando de roda, a criança exercitava o raciocínio e a memória, estimulava o gosto pelo canto e desenvolvia os músculos ao ritmo das danças ingênuas. As artes da poesia e da música uniram-se nos brinquedos de rodas infantis, realizando a síntese de elementos imprescindíveis à educação infantil (MELO apud FARIA, 1993, p.113).

As atividades culturais, por sua vez, consistiam em: teatrinho, desenho, marcenaria, jardinagem, modelagem, exposições do trabalho das crianças, valsa, dança indígena, recorte de gravuras, bailado *Nau Catarineta*, leitura, biblioteca, bandas rítmicas, prateleira de livros. A consulta às bibliotecas dos parques eram atividades culturais consideradas importantes.

Finalmente, as atividades manuais – crochê, bordado, tapeçaria, tricô, desenhos – constavam dos planos mensais e eram destinadas às adolescentes que freqüentavam os Parques.

O Parques Infantis também davam lugar a várias festividades relacionadas com as comemorações de datas consideradas importantes, como se pode observar pela leitura dos exemplos relacionados abaixo e acompanhados das respectivas programações:

1º de maio - Parque Infantil D. Pedro II: Bailado-Rancheira, jogos dos pequenos, jogos dos grandes, ginástica com bandeiras;

15 de maio - Parque Infantil do Ipiranga: Rancheira, *Os Marinheiros* - canto com movimentos ginásticos, fox-dança, ginástica com bandeiras;

26 de junho - Parque Infantil de Santo Amaro: Inauguração oficial: hasteamento da bandeira, jogos, *As cinco partes do mundo* - canto e dança, cateretê paulista, quadrilha, *O Guarani*;

16 de outubro - Parque Infantil D. Pedro II: comemoração do Dia da Criança que trabalha, valsa dos *Arcos Floridos*, *O arco-íris* – canto, demonstração de esgrima pelo clube de Menores Operários, jogos e ginástica musicadas;

6 de novembro - Parque Infantil da Lapa: despedida das crianças maiores de 12 anos, lado, *As japonezinhas* - canto pelos pequenos, *O vagabundo* - comédia,- cegueira maternal.

Além das festas comemorativas realizadas durante o transcorrer do ano, é possível notar as várias formas de educação para a construção da identidade nacional brasileira: as clássicas festas cívicas, conviviam com o mais genuíno folclore popular.

Segundo Faria (1993, p. 95), Oneida Alvarenga, responsável pela Discoteca Pública Municipal, confirmou a preocupação de Mário de Andrade com os aspectos folclóricos e artísticos na educação das crianças. Segundo ela: "Mário de Andrade reativou nas praças e parques infantis as danças dramáticas e folclóricas, organizou corais nesses mesmos parques".

Integravam, ainda, o rol de atividades das crianças a elaboração de jornais, ilustração dos programas das festas, confecção de brinquedos e materiais de jogos, eleição de bibliotecários e redatores do jornal. Essas atividades diárias procuravam garantir um trabalho integrado em vários níveis: a criança, o jogo, a cultura, a educação e a saúde (FARIA, 1993, p. 86).

Considerações finais

Os Parques Infantis da cidade de São Paulo foram uma instituição de educação infantil não-escolarizada, que pode ser considerada um modelo inovador e original para a educação infantil em sua época. Inicialmente pensado e criado para as crianças em idade pré-escolar e oriundas das famílias operárias desprovidas de qualquer projeto educacional e cultural até os anos de 1930, os Parques Infantis não se restringiram a essa clientela, dedicando-se, posteriormente, a oferecer uma programação que contemplasse adolescentes e suas famílias, visando sempre à elevação cultural da classe operária paulista.

No projeto de criação dos Parques Infantis estavam presentes tanto a preocupação de Mário de Andrade em elevar a cultura operária e a cultura infantil, quanto uma concepção de criança apreendida como um ser inteiro, ativo, criador e recriador de cultura. Segundo Faria (1993, p. 142), a educação das crianças pequenas não era apenas uma questão escolar ou uma preocupação meramente caritativa-filantrópica, mas um projeto mais amplo.

O modelo didático-pedagógico dos Parques Infantis, à época de sua criação, procurava, assim, dispensar um tratamento diferenciado às crianças, a fim de que esta pudesse ser criança, tendo respeitados os seus direitos, suas necessidades, sua liberdade, e, ainda, valorizadas sua atividade criadora e a originalidade de suas criações. A criança era vista não como um adulto em miniatura que se prepara para no futuro ser o adulto completo, mas como um ser inteiro — ou, como dizia Mário de Andrade, o *Outro* —, como receptora de uma cultura, podendo também criá-la e recriá-la, como portadora do direito de ser assistida em suas necessidades.

Desse modo os Parques Infantis proporcionaram educação específica para a criança pequena, sem escolarizá-la e permitindo que tivesse o seu "direito à infância" (Faria, 1993, p.40). Portanto, ainda que não fornecesse uma educação escolarizada,

priorizando cultura-educação-saúde, os Parques Infantis não podem ser interpretados equivocadamente e reduzidos a um programa assistencialista (FARIA, 1993, p. 93).

Entrevistas realizadas com os chamados "ex-parqueanos", testemunham o clima existente nos Parques Infantis, o qual lhes permitia dizer: "ser criança era a coisa mais gostosa do mundo" ou "O Parque para nós foi a liberdade".

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth. Parques infantis de Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* São Paulo, n. 36, p. 263-270, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*: cotidiano operário em São Paulo - 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edart, 1971.

FARIA, Ana Lúcia Gourlart . *Direito à infância:* Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938). São Paulo. 1993. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FONSECA, João Pedro. O cinqüentenário dos parques infantis de São Paulo: 1935-1985. *Revista da Faculdade de Educação,* São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 135-148, jan./dez. 1985.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940).* São Paulo: Loyola, 1988.

LOWRIE, Samuel. Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 41, 1937.

MIRANDA, Nicanor. Plano inicial da Seção de Parques Infantis. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 20, p. 95-98, 1936.

_____. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro.* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

ARTIGO RECEBIDO EM 2001.